

ABC POLÍTICO

Manual de apoio ao ensino de Ciência Política

Thaís de Lima Gaspary



ABC Político é o resultado do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Ciências Sociais - Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Como requisito para obtenção do título de licenciada em **Ciências Sociais**.
O trabalho foi desenvolvido no segundo semestre de 2015, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Leonice Alves Pereira Mourad.

ABC POLÍTICO

Manual de apoio ao ensino de Ciência Política

Thaís de Lima Gaspar

de Lima Gaspary, Thais
ABC POLÍTICO: Manual de apoio ao ensino de Ciência
Política / Thais de Lima Gaspary.-2015.
40 p.; 30cm

Orientadora: Leonice Alves Pereira Mourad
TCC - Universidade Federal de Santa Maria,
Centro de Ciências Sociais e Humanas,
Curso de Ciências Sociais - Licenciatura, RS, 2015

1. Ciência Política 2. Ciências Sociais 3. Ensino
Médio I. Alves Pereira Mourad, Leonice II. Título.



ABC Político: Manual de apoio ao ensino de Ciência Política está licenciado sob licença Creative Commons
Atribuição-nãocomercial-SemDerivações 4.0 Internacional

Para ver uma cópia desta licença, visite: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>

Você pode compartilhar, copiar ou distribuir este material em qualquer suporte ou formato, sob as seguintes condições:

- **Atribuição:** você deve atribuir os devidos créditos ao autor, fornecer um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações;
- **Não-comercial:** você não pode usar o material para fins comerciais;
- **Sem derivações:** se você remixar, transforma ou criar a partir do material, você não pode distribuir o material modificado.

Qualquer das condições acima pode ser modificada, desde que você obtenha autorização da autora (thais.gaspary@gmail.com)

APRESENTAÇÃO

O ano de 2013 ficou marcado por uma série de manifestações ao redor do mundo, com milhões de pessoas indo às ruas, seja para derrotar governos ditatoriais, como na Primavera Árabe, seja para protestar contra as políticas de austeridade, adotadas por muitos governos e que tinham como reflexo, a retirada de direitos sociais e trabalhistas, como os movimentos **Occupy**, em Nova York, Londres e outros grandes centros capitalistas europeus.

Este movimento tomou forma no Brasil, através do que ficou conhecido como **Jornadas de Junho**, que levaram às ruas das principais cidades brasileiras, multidões de pessoas principalmente jovens que nunca tinham participado de atividades de cunho político de um modo que não se via desde as campanhas **Diretas Já!** e **Fora Collor!**, ocorridas em 1984 e 1992, respectivamente.

Entre as principais características das Jornadas de Junho, estão o espontaneísmo e a ausência de líderes consolidados, e também a organização dos protestos realizada basicamente a partir das redes sociais. O resultado dessa organização espontânea foi a reivindicação de uma infinidade de pautas, pouco definidas, e a propagação de um sentimento difuso de revolta contra a corrupção e contra as organizações políticas tradicionais, como partidos políticos e, inclusive, movimentos sociais.

Embora as Jornadas de Junho sejam um fato recente, cujos desdobramentos políticos e sociais ainda vêm sendo sentidos, podemos falar em duas consequências: por um lado, é muito positivo que a população do país participe de sua vida política, pois, afinal, democracia é o governo do povo.

A CIÊNCIA POLÍTICA E A SUA VIDA

Mais do que apenas outra disciplina que você é obrigado a cursar no Ensino Médio, a Ciência Política pode ser usada como uma ferramenta no seu dia-a-dia, para compreender melhor o mundo que o cerca, permitindo que você atue de forma mais consciente e cidadã, na construção de um mundo melhor para você, para as pessoas que você gosta e para a sociedade como um todo.



Milhares de jovens ocupam o Congresso Nacional, sede do parlamento brasileiro, durante as Jornadas de Junho.

Por outro lado, podemos constatar que parte considerável - se não a maioria - das pessoas que passaram a atuar politicamente de modo mais ativo, não estão familiarizadas com os conceitos mais básicos para uma atuação política racional, como a estrutura do Estado democrático de direito, a cidadania, os direitos humanos, e os movimentos sociais, entre outros.

O resultado da ação política despolitizada é visível a qualquer um: uma onda de ódio que vem tomando conta do país - com reflexos, inclusive, no Legislativo Federal - através de ataques aos direitos humanos e liberdades individuais, racismo, machismo, homofobia, xenofobia, etc. Parece que a semente do protofascismo foi semeada e começa a dar frutos.

Assim, dado o complexo momento sociopolítico vivido no Brasil, o que propomos através deste manual, é contribuir para o debate e a compreensão de alguns conceitos fundamentais da Ciência Política, que podem servir como base para uma atuação política mais racional e cidadã.

O manual está dividido em duas seções: a primeira delas aborda os conceitos clássicos e fundamentais para compreender o funcionamento do Estado moderno; já a segunda seção, aborda uma série de temas políticos que estão em evidência na atualidade.

Lembramos ainda que o manual não substitui os componentes curriculares abordados na disciplina de Ciências Sociais no Ensino Médio. Pelo contrário, o manual deve ser utilizado como complemento a essa disciplina, facilitando o diálogo entre a teoria estudada e o cotidiano dos estudantes.



Parlamentares como Jair Bolsonaro (PP) e Marco Feliciano (PSC) têm apoiado pautas ultraconservadoras, como a “cura gay”, a redução da maioridade penal, a proibição do uso da pílula do dia seguinte, o estatuto da família, etc. Bolsonaro também é conhecido por seus discursos inflamados, em defesa da Ditadura Civil-Militar brasileira.

SUMÁRIO

Apresentação	05
Introdução	08
1. A Ciência Política	11
2. Formação do estado moderno	13
3. Os contatualistas	16
4. Montesquieu e a divisão dos poderes	18
5. Marx: luta de classes e socialismo	20
6: Weber: ação social e dominação	23
7. Liberalismo e conservadorismo	26
8. Democracia e cidadania	30
9. Corrupção e reforma política	35
Bibliografia	38



INTRODUÇÃO

Muito provavelmente você já deve ter ouvido alguém falar coisas como: Todos os políticos brasileiros são corruptos! O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) são um bando de bandidos, que querem tomar à força o que é dos outros! O Bolsa Família serve para ganhar votos de gente vagabunda, que não quer trabalhar! Mas você já parou para pensar se realmente todos os políticos são corruptos? Por que existe tanta corrupção no Brasil? A forma de atuação do MST realmente é criminosa ou sua luta é por uma causa justa? As pessoas deixam mesmo de trabalhar para receber alguns trocados do programa Bolsa Família?



Muitas pessoas acreditam que os beneficiários do programa Bolsa Família deixam de trabalhar para receber o auxílio mas...

Opiniões como as exemplificadas acima são muito comuns, e têm sua origem no senso comum, que é uma maneira simplificada e naturalizada de ver o mundo, sem questionar os motivos que fazem com que as coisas sejam como são. Podem contribuir para a formação do senso comum, elementos como o pensamento religioso, o modo como os meios de comunicação apresentam notícias ou representam a realidade das pessoas em suas novelas, as opiniões compartilhadas nas redes sociais, e as próprias vivências das pessoas (educação familiar, classe social de origem, etc).

As Ciências Sociais de modo geral e, no caso dos assuntos abordados neste manual, a Ciência Política especificamente, buscam questionar e entender como e porque as coisas realmente acontecem, para além do senso comum. Com o auxílio da Ciência Política, passamos a compreender que nada no mundo social acontece por acaso, ou seja, que nada é natural quando envolve relações sociais, e que para desnaturalizar o mundo social, é preciso fazer as perguntas corretas e usar os meios científicos adequados para respondê-las.



... diversas pesquisas demonstram que a maioria dos beneficiários trabalham e que, quando melhoram sua renda, as famílias devolvem o cartão que permite o saque do Bolsa Família.

Assim, a Ciência Política é uma importante ferramenta, que pode e deve ser usada por qualquer pessoa para o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania. Pensar criticamente é ser capaz de fazer determinadas perguntas sobre o mundo social que nos cerca, e obter respostas que mostram aspectos que não são percebidos inicialmente, compreendendo que muitos elementos do mundo social que pareciam naturais, não têm nada de natural.

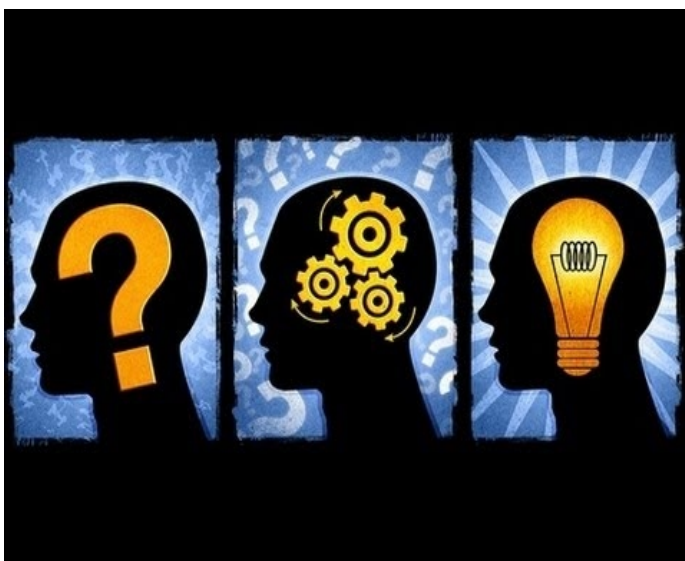
A Ciência Política nos auxilia a compreender que as regras e normas que seguimos diariamente - sejam elas leis escritas ou normas sociais de comportamento - têm como objetivo, manter a ordem social e atender aos interesses de determinados grupos sociais, como os mais ricos, por exemplo. Como as normas e regras acabam beneficiando apenas alguns setores sociais, e também porque as pessoas são diferentes e pensam diferente, o mundo social acaba tornando-se palco de conflitos e tensões entre pessoas e grupos sociais, que também são melhor compreendidos se recorrermos à Ciência Política.

Mas como o cientista político também é um ser humano, que vive em sociedade, estando sujeito ao senso comum, assim como tendo seus próprios valores e sua visão de mundo, para desenvolver análises sociais sérias, que tenham como base o pensamento crítico, é preciso recorrer às teorias e métodos científicos.

As teorias e os métodos com os quais a Ciência Política trabalha vêm sendo desenvolvidos há séculos, e organizam-se nas chamadas escolas de pensamento. Você vai perceber que, mesmo usando teorias e métodos científicos, muitas vezes existem diferentes respostas para as mesmas perguntas. Tais respostas não estão erradas, mas são resultado da possibilidade que a vida social oferece, de ser percebida sob diferentes olhares e perspectivas.

Este manual vai apresentar a você, algumas destas perspectivas sobre assuntos que você vivencia no seu cotidiano. O seu papel é buscar substituir o senso comum por uma leitura crítica do mundo social, formada a partir da perspectiva mais adequada a sua visão de mundo.

Boa leitura!



A compreensão do mundo social através do pensamento crítico é resultado do questionamento do que parece natural, e da percepção dos mecanismos sociais que fazem com que as coisas sejam como são.

PRIMEIRA PARTE

Conceitos Fundamentais da Ciência Política

1. A CIÊNCIA POLÍTICA

Provavelmente quando você ouve falar em política, pensa logo na política eleitoral, em eleições e em partidos. Mas a política vai bem além disto, e está presente nas mais diversas relações entre grupos sociais e instituições, como em escolas, empresas, igrejas e sindicatos, além de governos e parlamentos, é claro.

A política começou a ser estudada na antiga Grécia, mas a Ciência Política moderna, tal como conhecemos hoje, é relativamente recente, tendo se estruturado há pouco mais de um século. O termo Ciência Política foi utilizado pela primeira vez no ano de 1880, pelo professor de História da Universidade Johns Hopkins, Herbert Baxter Adams.

O objeto central de estudos da Ciência Política é o poder. Nesse sentido, como afirma o sociólogo alemão Max Weber (cujas contribuições abordaremos mais adiante), a política é a luta por participar do poder ou influenciar em sua repartição, seja em um Estado, seja entre grupos de pessoas dentro do Estado, seja entre Estados. De modo bastante simplificado, podemos dizer que o poder é a capacidade - de um Estado, grupo ou indivíduo - de impor aos demais uma determinada vontade, de forma pacífica ou mesmo utilizando a violência.

Dentre os campos de estudo que envolvem a Ciência Política, podemos citar: teoria política; filosofia política; economia política; geografia política; política comparada; sistemas políticos; relações internacionais; políticas públicas; administração pública; processo legislativo; direito público e direito internacional, etc.



Muitas pessoas, por não compreenderem os mecanismos políticos adequadamente, entendem a política como algo ruim e sujo, e não querem participar da vida política.



A democracia nasceu na Antiga Grécia, onde os cidadãos reuniam-se na ágora uma espécie de praça pública para debater os temas políticos que interessavam à cidade.

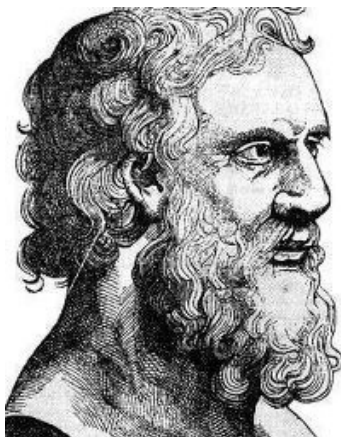


Dá uma olhada



House of cards - House of Cards é uma série de televisão americana que tem como protagonista, um congressista democrata da Carolina do Sul chamado Frank Underwood (Kevin Spacey). Frank atua no meio político e garante a eleição do presidente Garrett Walker (Michael Gill), com o objetivo de ser nomeado Secretário de Estado. Contudo, o presidente não cumpre a promessa e, mesmo fingindo não se importar, Frank passa a pôr em prática um ardiloso plano para ganhar poder.

A série House of Cards cativou milhões de fãs ao redor do mundo, é gerou muitos debates envolvendo a questão da atuação dos políticos na chamada 'real politik' (política partidária cotidiana).



"O PREÇO A PAGAR PELA TUA
NÃO PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA
É SERES GOVERNADO
POR QUEM É INFERIOR."

~PLATÃO (C. 428–347 A.C.)

Para pensar

Milhares de anos atrás, na Antiga Grécia, o filósofo Platão já destacava a importância da participação dos cidadãos na política. Contudo, hoje em dia, não são poucas as pessoas que acreditam que política é sinônimo de corrupção, e não querem nem ouvir falar em política. Você acredita que é importante a participação dos cidadãos na vida política de sua escola, seu bairro, sua cidade e do país? Por quê?

2. FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO

O Estado moderno os países organizados da forma como conhecemos hoje começou a ser estruturado apenas no final da Idade Média. Mas como nasce o Estado moderno?

O início da **Idade Média** é marcado pela queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C. Em um momento inicial, que durou cerca de cinco séculos, conhecido como **Alta Idade Média**, aprofundou-se a desurbanização, ou seja, as populações abandonavam as cidades, principalmente por causa do medo das invasões promovidas pelos povos bárbaros, oriundos do norte da Europa. Esse processo de ruralização isolou populações, que passavam a viver sob a proteção de nobres, formando feudos.

Por volta do ano 1000 d.C, inicia a chamada **Baixa Idade Média**, período em que os feudos já estavam consolidados. Entre os anos 1000 e 1347, a população da Europa passou de 30 para 80 milhões de pessoas, acompanhando o aumento da produção de alimentos, graças ao uso de novas técnicas agrícolas.

Contudo, o século IV inicia com a chamada pequena Idade do Gelo, um período de muito frio, que dizimou as colheitas, gerando a Grande Fome, entre 1315 e 1317. Anos depois, em 1347, surgiu a Peste Negra, que matou um terço da população europeia. A fome e a Peste Negra levaram a grandes revoltas de servos feudais que, rompendo a ordem social vigente, baseada na obediência, deixavam o campo e iam para as cidades comerciais ou burgos nascentes.



As Cruzadas - guerras travadas por reis cristãos contra os muçulmanos (ou mouros), e tinham como objetivo reconquistar a Terra Santa (atual Palestina) e a cidade de Jerusalém - aconteceram na Baixa Idade Média. Foram realizadas nove Cruzadas, entre 1096 e 1272. É neste período que surgem os cavaleiros medievais, com suas armaduras, popularizados pelo cinema, em filmes que retratam a época.



A gravura representa o ato de vassalagem de Carlos o Mau, rei de Navarra, a Carlos V, rei de França. Na cerimônia, o vassalo colocava suas mãos entre as do senhor feudal, sacramentando os laços de dependência e de fidelidade ao suserano. O suserano fornecia proteção ao vassalo que, em troca, oferecia força militar e dinheiro.

Neste contexto, os senhores feudais mais poderosos - que possuíam o status de reis, e comandavam grandes exércitos, oferecendo proteção a nobres menos poderosos, em troca de dinheiro e forças militares, em uma relação de suserania e vassalagem - passaram a cobrar impostos como forma de manter seus exércitos, e a conquistar novos territórios através da guerra. Estes reis, em sua maioria cristãos, passaram a unificar os territórios conquistados, originando os Estados nacionais modernos.

O príncipe de Maquiavel

Nicolau Maquiavel (1469 - 1527) foi um historiador, poeta, diplomata e músico italiano. É considerado fundador do pensamento político moderno. Maquiavel viveu em um período no qual Estados nacionais modernos, como Espanha e França, já estavam consolidados, mas a Itália ainda estava dividida em pequenos reinos e repúblicas, que viviam em conflito por causa de disputas políticas e territoriais. Tais disputas tornavam estes territórios, alvos de invasões dos Estados europeus já estabelecidos.

A obra **O Príncipe** (1513), escrita por Maquiavel com o objetivo de auxiliar o príncipe Lourenço II de Médici na unificação da Itália, assim como em sua defesa contra os estrangeiros. O Príncipe apresenta os tipos de principado existentes e suas características, aponta a necessidade da formação de exércitos nacionais, substituindo as tropas mercenárias, usadas até então, e sugere como o governante deve fazer para conquistar e manter territórios.

Na obra, Maquiavel também apresenta dois conceitos importantes: a virtú (capacidade do príncipe de prever o que pode ocorrer e preparar-se para enfrentar os desafios ou aproveitar as oportunidades) e a fortuna (sorte). Para ter sucesso em seu governo, é preciso que o governante conte tanto com a virtú quanto com a fortuna.

Uma curiosidade é que, quando se fala em Maquiavel, normalmente a primeira coisa que vem à mente é a frase "Os fins justificam os meios". Embora até seja possível inferir isto da obra do italiano, o autor jamais escreveu tais palavras.

A Península Itálica da época de Maquiavel estava dividida em diversos reinos, ducados e repúblicas.





Dá uma olhada

Game of Thrones

A série de televisão americana **Game of Thrones**, criada por David Benioff e D. B. Weiss e baseada na série de livros **As Crônicas de Gelo e Fogo**, escritos por George R. R. Martin, mostra as violentas lutas entre sete reis, que passam a lutar entre si, para ter o controle do Trono de Ferro de Westeros, unificando todos os reinos. A trama retrata o modelo de organização feudal, o trabalho dos servos camponeses, e o chamado dos reis, para que seus vassalos reúnam tropas, dinheiro e mantimentos para sustentar a guerra, de modo análogo ao processo de estruturação dos Estados nacionais modernos.



Dom Quixote

A obra **Dom Quixote de La Mancha**, escrita pelo espanhol Miguel de Cervantes, em 1605, é uma sátira das novelas de cavalaria, muito populares no século XVI. O protagonista da história é Dom Quixote, um fidalgo castelhano que enlouqueceu lendo romances de cavalaria, e decide tornar-se um cavaleiro medieval, mais de cem anos após o fim da Idade Média. Junto de seu fiel companheiro, Sancho Pança, o anti-herói louco envolve-se em uma série de aventuras, fantasiando a realidade, como na ocasião em que luta com moinhos de vento, acreditando serem romances. O romance de Cervantes retrata uma nova forma de organização política, que são os Estados nacionais modernos, nos quais não há mais espaço para cavaleiros ou qualquer estrutura social medieval.

The Borgias

The Borgias é uma série televisiva de ficção histórica, canadense-húngara-irlandesa, criada por Neil Jordan. Na série, é contada a história da Família Bórgia que, na época em que viveu Maquiavel, controlava a região da Península Itálica conhecida como Estados Pontifícios (atual região de Roma). Os Bórgias são lembrados pelo governo corrupto e por cometerem crimes como roubo, estupro, suborno e assassinato para manter-se no poder. Três papas da Igreja Católica foram Bórgias, inclusive, cometendo crimes para conseguir o papado.



3. OS CONTRATUALISTAS

O processo de formação dos Estados nacionais modernos, que apresenta entre suas características, a centralização do poder nas mãos dos soberanos, passou a ser explicado e justificado por pensadores da época. A explicação, normalmente, tinha como base, o estabelecimento de um contrato entre governantes e governados, chamado contrato social.



Na figura da primeira edição de O Leviatã, pode-se ver que o corpo do soberano é formado por pessoas, pois, na versão do contrato social de Hobbes, todos os homens unem-se para firmar o contrato, criando o Estado, e a vontade do soberano passa a representar a vontade de todos.

os governados - e sobre tudo (inclusive sobre as terras, as casas e as riquezas de modo geral), não estando sujeito a qualquer tipo de lei.

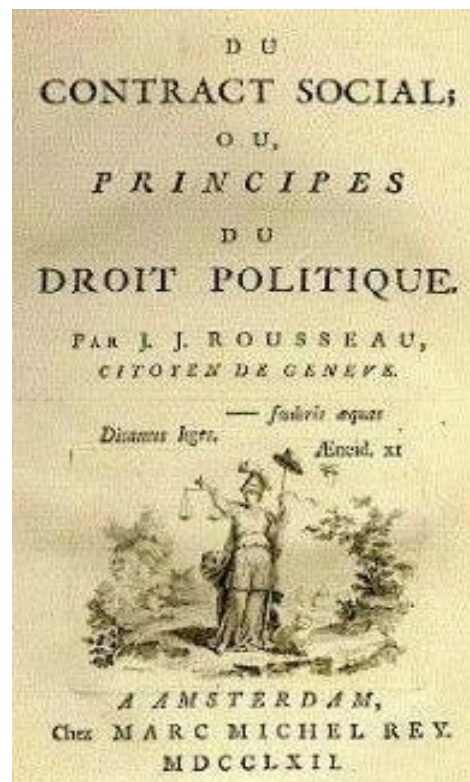
Contudo, esta percepção dos soberanos com poderes sobre tudo e todos prejudicava muito a burguesia, que começava a acumular riquezas, mas que sabia que, se o soberano quisesse, poderia tirar estas riquezas de seus proprietários. Neste contexto, surge outro autor contratualista: o filósofo inglês **John Locke** (1632-1704), autor da obra **Ensaio Acerca do Entendimento Humano** (1690). Locke dizia que todos os homens, ao nascer, tinham direitos naturais: direito à vida, à liberdade e à propriedade. Para garantir esses direitos naturais, os homens haviam celebrado o contrato social e criado governos. Se esses governos não respeitassem os direitos naturais, o povo poderia revoltar-se contra os soberanos e substituí-los.

Um dos principais autores contratualistas é o matemático e filósofo inglês **Thomas Hobbes** (1588-1679), autor da obra **O Leviatã** (1651). Hobbes afirma que, no estado de natureza - antes da criação do Estado - todos os homens têm direito a tudo, e como as coisas são escassas, existe uma constante guerra de todos contra todos, pois o homem é o lobo do homem, ou seja, que o homem já nasce mal. Então, para acabar com a guerra, os homens abrem mão de parte de sua liberdade natural, e celebram o contrato social, escolhendo um soberano para governá-los. A autoridade do soberano é absoluta e não pode ser questionada.

A explicação da origem do poder dos soberanos a partir de um contrato social serviu para justificar o Estado absolutista, uma forma de organização do Estado moderno, na qual o soberano tem poder sobre todos - uma vez que sua vontade representaria a vontade de todos

Outro importante autor contratualista é o filósofo e escritor suíço **Jean-Jacques Rousseau** (1712 - 1778), que tem como principal obra, **O Contrato Social** (1762). Ao contrário de Hobbes, que afirma que o homem nasce mau, Rousseau acredita que o homem nasce bom, mas a sociedade o corrompe, tornando-o mal. Para o autor suíço, no estado de natureza, o homem desfruta da liberdade natural, podendo fazer o que quiser para realizar suas necessidades, mas o estabelecimento da propriedade privada e a ausência de instituições políticas e de regras, impedem que o homem seja livre, uma vez que os mais fortes impõe sua vontade à força aos mais fracos. Então, os homens celebrem o contrato social, abrindo mão da liberdade natural, para ter acesso à liberdade civil, garantida através de leis e instituições. Tais leis são universais, ou seja, servem tanto para os governantes como para os

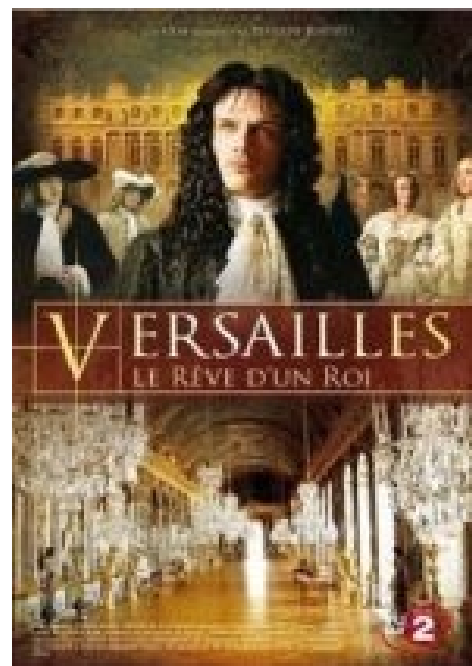
Muitos consideram Rousseau um pré-socialista, por sua crítica à propriedade privada, vista como um dos fatores que tornam mau o bom selvagem (homem no estado de natureza).



Dá uma olhada

Versalhes: o sonho de um rei

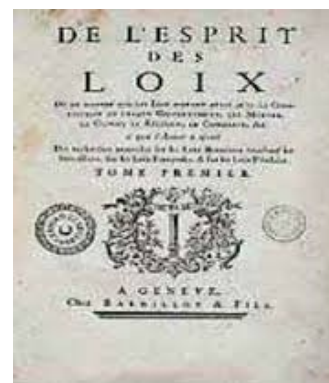
Versalhes: o sonho de um rei é um filme-documentário francês, dirigido por Thierry Binisti no ano de 2008, e que conta a história do reinado de Luís XIV, o principal representante do Estado Absolutista, conhecido como Rei Sol, e que teria dito a célebre frase "O Estado sou eu!". No filme, Luís XIV demonstra todo seu poder e riqueza, ao decidir construir uma residência de caça. Esta casa é o mais luxuoso palácio real da Europa, o palácio de Versailles. No documentário, podem ser observados o luxo extremo, os banquetes e as orgias sexuais que caracterizavam a vida da nobreza francesa do sec. XVII.



4. Montesquieu e a divisão dos poderes

O filósofo, escritor e político francês Charles-Louis de Secondat, mais conhecido como **barão de Montesquieu** (1689-1755), em sua obra **O Espírito das Leis** (1748), trouxe uma importante contribuição para a organização política dos Estados modernos, ao propor a divisão e equilíbrio entre os poderes.

Preocupado com temas já debatidos por Locke e Rousseau, como a garantia do direito à vida e à propriedade, evitando o abuso de poder dos governantes ou de seus representantes, Montesquieu é reconhecido por sua defesa do contitucionalismo e do legalismo, ou seja, de que os Estados possuam uma Constituição e um conjunto de leis, válidas para todos.



A proposta do filósofo francês para evitar governos tiranos é a base para o que conhecemos hoje como sistema de freios e contrapesos (*checks and balances*), e consiste na organização de três poderes: Poder Executivo (responsável pela administração pública), Poder Legislativo (responsável por elaborar as leis e fiscalizar o Executivo) e o Poder Judiciário (responsável pelo cumprimento das leis).

Montesquieu busca estabelecer também uma relação entre as leis, adotadas por um determinado Estado, e características naturais (como clima ou tamanho do Estado) e sociais (como costumes e religião da população). Nas palavras do autor:



No Brasil, atualmente, temos três poderes, mas nem sempre foi assim. Na época do Império, existia aqui no país um quarto poder, chamado Poder Moderador, que permitia que o imperador controlasse os outros poderes, caso desejasse.

“As leis escritas ou não, que governam os povos, não são fruto do capricho ou do arbítrio de quem legisla. Ao contrário, decorrem da realidade social e da História concreta própria ao povo considerado. Não existem leis justas ou injustas. O que existe são leis mais ou menos adequadas a um determinado povo e a uma determinada circunstância de época ou lugar.”

Tanto a proposta de divisão dos poderes quanto às leis serem adequadas ou não a determinado povo, são temas de debate contemporâneo. No Brasil, há quem considere que, hoje, o Poder Executivo interfere no trabalho do Poder Legislativo quando, por exemplo, lança Medidas Provisórias (MP), que funcionam como leis provisórias, até que o Legislativo debata e vote o tema tratado pela MP. Já o Poder Legislativo costuma instalar Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's), que promovem investigações, papel que deveria ser desenvolvido pelo Judiciário. Já o Poder Judiciário costuma julgar se determinadas leis, aprovadas pelo Legislativo, são constitucionais ou não. Todas as ações citadas como exemplos são legítimas, mas quando se tornam comuns, utilizadas com muita frequência, costumam causar um certo mal-estar entre os representantes dos Poderes, e ser prejudicial ao interesse da população brasileira.

Já a adequação ou não das leis a um povo é um tema que costuma envolver bastante a população, por interferir diretamente na vida das pessoas e em suas crenças. Em nosso país, dois temas bastante atuais são a legalização ou não da maconha e do aborto. São dois temas que deveriam ser debatidos sob a perspectiva científica,



Na charge, o cartunista Carlos Latuff critica a bancada evangélica do Poder Legislativo, que usa suas posições religiosas como argumentos para debates que envolvem toda a população.

5. Marx: luta de classes e socialismo

A obra do filósofo, economista e sociólogo alemão **Karl Marx** (1818-1883) é fundamental para a compreensão da política na atualidade. Marx viveu em um período em que o capitalismo começava a se desenvolver, durante a Revolução industrial. Nesta época, milhões de camponeses migravam para as cidades em busca de trabalho, em sua maioria, expulsos de suas terras. Estes migrantes inchavam as cidades, vivendo em uma situação de pobreza absoluta. Os que conseguiam trabalho nas fábricas, precisavam suportar jornadas de até vinte horas diárias, sem qualquer tipo de segurança, e recebendo salários miseráveis, que muitas vezes, não eram suficientes nem para a alimentação. Marx, então, dedicou sua vida a estudar a estrutura do sistema capitalista, e o modo como os trabalhadores poderiam superar a exploração que sofriam e construir uma sociedade onde todos fossem iguais.



O pensamento marxista ainda hoje é uma referência política para milhões de pessoas.

A mais valia é o trabalho não pago ao trabalhador, que se torna lucro do capitalista.

No sistema capitalista, conforme a teoria marxista, a sociedade organiza-se com base nas relações de produção. As relações de produção envolvem: 1) o trabalho necessário para produzir as mercadorias; 2) os meios de produção (máquinas, matéria-prima, os prédios ou a terra onde ocorre a produção, etc).

Deste modo, a sociedade pode ser dividida em duas classes sociais básicas: a classe dominante, que é dona dos meios de produção, e a classe dominada, que são os trabalhadores, e que precisam vender sua força de trabalho para receber salários e poder sobreviver. Marx chamava a classe dominada de proletariado e a classe dominante de burguesia.

O objetivo da burguesia é sempre acumular mais riquezas, e para que isto aconteça, os donos dos meios de produção pagam o mínimo possível para os trabalhadores. Conforme o autor alemão, somente o trabalho gera valor. Por exemplo: um rolo de tecido tem um determinado preço, mas depois que um trabalhador costura este tecido e produz uma camiseta, o valor da mercadoria é bem maior do que o valor do tecido usado para produzi-la. Mas o burguês paga apenas uma pequena parcela do valor gerado pelo trabalho ao trabalhador. O valor não pago é o lucro do burguês. Marx chama este valor não pago de mais-valia.



Como o objetivo da classe dominante é ter o maior lucro possível, gerado a partir da exploração do trabalho da classe dominada, que muitas vezes não recebe nem o suficiente para dar uma vida digna a sua família, a relação entre estas duas classes é sempre conflituosa. Este conflito é chamado luta de classes e, conforme Marx, é o motor da história, ou seja, as mudanças sociais que aconteceram nas diversas sociedades foram sempre resultado de luta entre a classe dominante e a classe dominada.

Marx acreditava também que, à medida que o sistema capitalista ia ficando mais forte, a luta de classes ia intensificando-se, uma vez que os ricos iam ficando cada vez mais ricos, e os pobres, cada vez mais pobres. Como a classe dominada é infinitamente mais numerosa do que a



classe dominante, essa última precisou desenvolver um sistema que garantisse sua dominação. Este sistema de dominação tem duas faces: o Estado e a ideologia.

O Estado moderno tem a função de garantir a propriedade dos meios

A classe dominante mantém o controle sobre os trabalhadores através da ideologia e do Estado. A ideologia 'ensina' como as pessoas devem comportar-se, como devem vestir-se, o que devem consumir, que tipo de música devem ouvir, e até como devem vivenciar seus sentimentos. E se as pessoas ousam não seguir tal ideologia, são punidas, seja através da exclusão social, por não estar na moda, por exemplo, seja através do uso da lei ou da força policial do Estado.

de produção e a manutenção da exploração dos trabalhadores e, por consequência, dos lucros da classe burguesa. Para tanto, conta com um conjunto de leis que os trabalhadores precisam respeitar -sendo justas ou não - e em caso de desobediência às leis, o Estado conta com um aparato coercitivo e que pode usar a violência (polícia, exército, etc).

Já a ideologia tem como objetivo, promover um conjunto de ideias e normas sociais, que dizem o que é certo e o que é errado, determinando como as pessoas devem comportar-se. A ideologia é promovida tanto pelo Estado, através das escolas, por exemplo, como por outras instituições sociais, como a religião, os meios de comunicação, etc.



Marx vê o proletariado como a classe revolucionária no capitalismo, isto é, a única classe capaz de transformar o modelo social que a submete à exploração. Afirma que, como os trabalhadores não possuem bens, não têm nada a perder ao derrubar o sistema capitalista, a não ser as correntes (ideologia) que os prendem.

Ao longo do sec. XX houve várias experiências do socialismo real, sendo as principais delas, a União Soviética (URSS), a China, e Cuba

Para o filósofo, os trabalhadores têm consciência de que são explorados. Esta consciência é chamada classe em si. Contudo, não compreendem que são capazes de transformar o sistema social. No momento em que tomam consciência desta possibilidade, passam a ser classe para si, e passam a se organizar para fazer uma revolução e estabelecer o socialismo, que seria uma fase transitória na qual o poder do Estado seria utilizado para ir, aos poucos, eliminando as classes sociais, até que se chegasse em uma sociedade sem classes, e em uma organização social chamada comunismo.



Para além de burgueses e trabalhadores, que são as duas classes fundamentais do capitalismo, Marx ainda fala de setores médios, que não se enquadram nem na classe dominante, nem na classe dominada. Autores pós-Marx denominam estes setores como pequeno-burgueses. A pequeno-burguesia reúne profissionais liberais (médicos, advogados engenheiros, etc) e pequenos comerciantes e industriais, que

sobrevivem a partir de trabalho seu e de sua família, sem a exploração da mais-valia de outros trabalhadores. Existe ainda outro setor médio, composto pela burocracia do estado, ou seja, pelos funcionários públicos. Os setores médios estão em constante disputa, ora apoiando a classe dominada, ora apoiando a classe dominante, mas sem, contudo, pertencer a nenhuma delas.



Para pensar

Nos últimos tempos, principalmente após as Jornadas de Junho de 2013, 'comunista' tornou-se um xingamento no Brasil. Já chegamos ao extremo do registro de casos de pessoas que foram espancadas na rua por vestirem roupa vermelha, cor associada ao comunismo. Algumas pessoas, inclusive, acreditam que o nazismo alemão foi uma forma de socialismo, quando

os dois conceitos nada tem a ver um com o outro. Assim, desencadeou-se uma onda de ódio, gerada principalmente pelo total desconhecimento da obra marxista, e que ameaça o sistema democrático, ao negar a garantia fundamental do direito das pessoas manifestarem livremente sua preferência política.



6. Weber: ação social e dominação

O jurista, economista e sociólogo alemão **Max Weber** (1864-1920) é outro pensador que trouxe importantes contribuições para a compreensão da política na atualidade. Weber viveu em uma Alemanha que acabava de unificada, e que passava por um acelerado processo de industrialização. Neste contexto, o principal problema para o autor era como a Alemanha poderia tornar-se um Estado forte, e que grupo social tinha, naquele momento, a capacidade de organizar um projeto de nação.

Ao contrário de Marx, que via no proletariado, a classe social capaz de produzir uma nova sociedade, Weber acreditava que não existia em seu país, um grupo social preparado para construir um Estado forte, o que o levou a tentar compreender a ação dos indivíduos e grupos sociais (quem age e quais as modalidades de ação).

Enquanto a maioria de seus contemporâneos acreditava que a sociedade acabava moldando as ações das pessoas, Weber preferia observar a ação a partir da perspectiva do indivíduo, por acreditar que este indivíduo vai sempre buscar alcançar os seus objetivos. Assim, a estrutura social seria o resultado da soma das ações dos indivíduos que vivem em uma determinada sociedade.

Weber indica que existem quatro tipos de ações:

- A **ação racional** com relação a um valor: ocorre quando o indivíduo age por acreditar em algo, mesmo que o resultado da ação seja prejudicial para ele. Pode se basear em valores éticos, religiosos, etc. Como exemplo, podemos citar os homens-bomba, que sabem que vão morrer com a explosão, mas se sacrificam em nome de um valor religioso.
- A **ação afetiva**: é a ação realizada de modo impensado, quando o indivíduo está sob o efeito de alguma emoção, como amor, raiva ou ódio. Podemos citar como exemplo, uma pessoa pacífica que mata outra durante uma briga.
- A **ação tradicional**: acontece quando o indivíduo age de forma automática, sem pensar, por causa de seus hábitos ou costumes. Dirigir um carro é uma ação tradicional.

Assim como Marx, Weber compreendia que, nas sociedades capitalistas, há uma distribuição desigual de bens materiais e simbólicos, ou seja, existem pessoas ricas e pessoas pobres, e isto gera conflitos sociais. Para estabilizar os conflitos sociais, é necessário que se estabeleça algum tipo de dominação. Dominação para o autor é a capacidade fazer com que um determinado grupo social acredite que deve obedecer. Weber fala em três tipos de dominação:



Junto de Karl Marx e Émile Durkheim, Max Weber é considerado um dos fundadores das Ciências Sociais

- **Dominação tradicional:** as pessoas obedecem por acreditar na autoridade de quem domina. Não obedecer às ordens corresponde a desrespeitar a autoridade do líder. Temos como exemplos de dominação tradicional na política, no passado, o coronelismo, e no presente, as bancadas evangélicas, compostas por pastores protestantes, eleitos pelos fiéis.

- **Dominação carismática:** nesta forma de dominação os dominados obedecem por causa do carisma do líder, assim como da admiração de suas qualidades. Um exemplo de dominação carismática na política é o populismo, como o de Getúlio Vargas, considerado o 'pai dos pobres'. No meio político, é um tipo de dominação que está perdendo muito espaço depois da redemocratização brasileira.

- **Dominação racional-legal:** as pessoas obedecem porque acreditam que as normas e leis são legítimas e servem para todos. Neste modelo de dominação, se obedece às regras, e não à pessoa que detém a autoridade. Em termos políticos, toda a organização político-eleitoral brasileira, por exemplo, tem como base, a dominação racional-legal, pois as pessoas acreditam no sistema democrático atual, e escolhem seus representantes.

Outras duas importantes contribuições de Weber para o campo da teoria política são os conceitos de Estado e burocracia. O autor afirma que a principal característica do Estado moderno é o poder extroverso, ou seja, o Estado tem o monopólio do uso da violência, sendo o único que pode utilizá-la, caso seja necessário. Outras características importantes do Estado são o conjunto institucional-legal (a Constituição e as leis), a presença de um exército próprio para defender as fronteiras e a burocracia.

Burocracia é a estrutura organizativa do Estado, que permite a administração pública, formada por servidores públicos, e que se caracteriza por possuir regras e procedimentos bem definidos e regularizados, divisão de responsabilidades e especialização do trabalho, hierarquia e relações impessoais.



Dá uma olhada



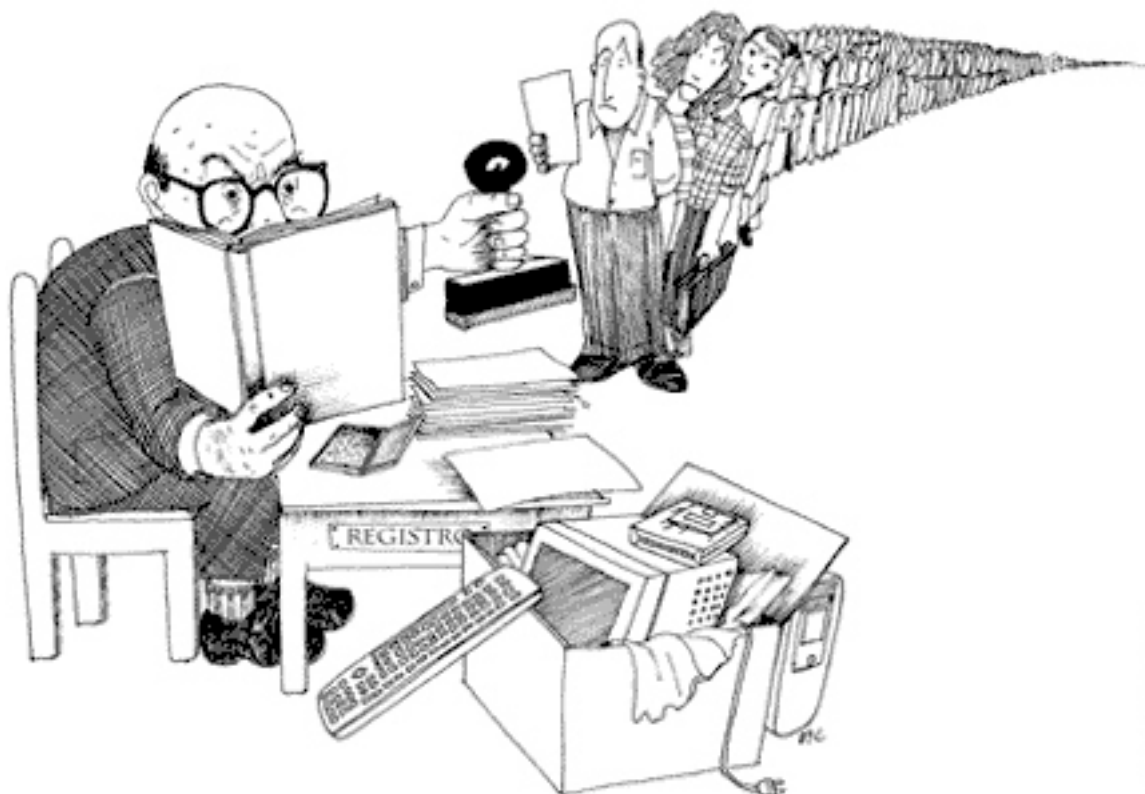
O documentário irlandês A revolução não será televisionada, filmado e dirigido por Kim Bartley e Donnacha O'Briain, narra o golpe contra o governo do presidente Hugo Chávez, em abril de 2002, na Venezuela, e a reação da população, que enfrentou as forças golpistas, militares e civis, e garantiu a permanência de Chávez no poder. Chávez ficou conhecido como um grande líder carismático, que conquistou o respeito do povo venezuelano ao investir em áreas sociais e no combate à pobreza, os rendimentos resultantes da venda de petróleo. A decisão de colocar o Estado a serviço da população pobre do país e as críticas ao capitalismo, assim como a estatização de empresas, levaram Chávez e a chamada 'Revolução Bolivariana', empreendida pelo presidente, a serem perseguidos pela mídia e por grupos políticos e sociais liberais, resultando na tentativa de golpe, narrada no documentário.

Para pensar

A burocracia costuma ser vista pelo senso comum como sinônimo de desleixo com o público atendido e de lentidão, mas a existência da organização burocrática é fundamental para o funcionamento do Estado. Em alguns casos, a rotina burocrática realmente torna o serviço público ineficiente, mas a tendência é que a modernização burocrática e o avanço da tecnologia tornem a prestação de serviços mais ágil e eficiente.

Outro tema bastante abordado negativamente pela mídia é a quantidade de servidores públicos no Brasil. Muito se fala em 'inchaço do Estado', mas se formos comparar com outros países, verificamos que isto não é verdade, e que nosso país possui proporcionalmente muito menos funcionários públicos do que outros países. Uma pesquisa realizada pelo Banco Mundial, juntamente com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (que reúne os 25 países mais ricos do mundo) aponta que o Brasil tem cerca de 11% da população trabalhando no setor público, enquanto a Dinamarca tem 39,2%, o Canadá tem 16,3% e os Estados Unidos tem 15%. De todos os países pesquisados, somente o Japão, com 10%, tem menos servidores públicos que o Brasil.

Para o senso comum, a burocracia é vista pejorativamente como sinônimo de ineficiência



© JORGE ILIEFF

7. Liberalismo e conservadorismo

Liberalismo é a linha de pensamento político que tem como princípio, a liberdade individual. A origem do liberalismo situa-se no sec. XVII, como forma de combater o absolutismo, ganhando espaço a partir de 1830. Até as duas primeiras décadas do sec. XX, houve hegemonia do pensamento liberal, mas a Revolução Russa de 1917 e a crise da bolsa de 1929 levaram o liberalismo a perder espaço para a social-democracia e o socialismo. Somente no final dos anos 1970 é que os liberais voltam a ser realmente relevantes, com o chamado neoliberalismo. Podemos falar, basicamente, em liberalismo político, econômico e social, embora as duas últimas formas de liberalismo derivem do liberalismo político.

Os liberais defendem o estado mínimo, ou seja, a intervenção mínima do Estado em todos os setores sociais, pois acreditam que os governos não são capazes de representar os interesses de toda a sociedade, de modo que cada indivíduo deve defender seus próprios interesses, com os recursos de que dispuser. Além disso, o liberalismo defende que não é papel do governo intervir na vida das pessoas ou na economia, e muito menos, redistribuir renda ou combater as injustiças econômicas e sociais.

A ideia básica do liberalismo é que todas as pessoas têm as mesmas condições e o mesmo potencial, de modo que, numa perspectiva meritocrática, os indivíduos que não têm um bom emprego ou não conseguem entrar em uma universidade, não o fazem por ter se dedicado menos do que os que conseguem. Deste modo, por exemplo, os liberais são contra as cotas nas universidades e o programa Bolsa Família, assim como são contra a manutenção de qualquer órgão público que ofereça serviços, que poderiam ser ofertados por empresas privadas, como hospitais e universidades públicas.

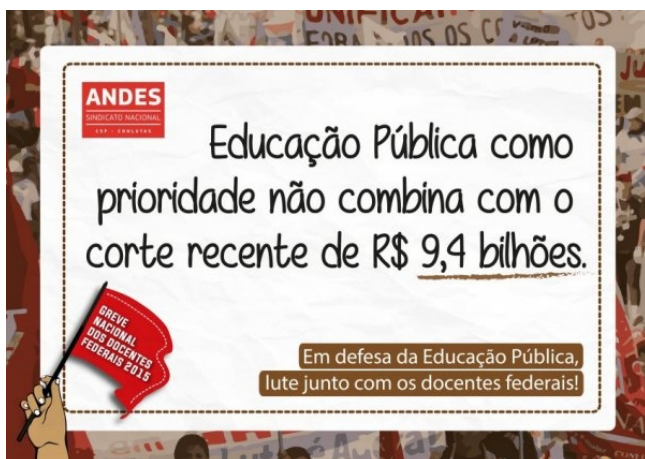
No campo econômico, o liberalismo defende que o Estado não deve intervir nas relações econômicas, existentes entre indivíduos e empresas. Deste modo, os liberais se opõem à legislação trabalhista, que garante direitos dos trabalhadores como salário mínimo, 13º salário, seguro-desemprego, etc. Contudo, mesmo acreditando que a economia deve basear-se no livre-mercado, com a menor intervenção estatal possível, o que vemos na prática é que cada vez que o capitalismo entra em crise, o Estado precisa salvar as empresas com dinheiro público, como ocorreu, por exemplo, na crise de 2008, em que muitos países precisaram salvar bancos e outras empresas.



Para os liberais, todas as pessoas têm as mesmas condições, independente de sua origem, de modo que as cotas são desnecessárias e geram conflitos sociais



Na década de 1990, seguindo a ideologia neoliberal, o governo do PSDB privatizou diversas empresas estatais, como a Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional



Atualmente, são de caráter liberal as políticas utilizadas no Brasil e na Europa para combater a crise econômica, como cortes na saúde e educação públicas, corte de direitos trabalhistas, suspensão de concursos públicos, etc.

Em 2014, os cortes nos gastos públicos como forma de combater a crise econômica no Brasil geraram muitos protestos

Conservadorismo

Outra importante linha de pensamento que auxilia na compreensão da política é o conservadorismo, surgido na Inglaterra, no final do sec. XVIII, com Edmund Burke (1729-1797). O conservadorismo defende a existência de princípios e valores atemporais, que devem ser conservados, independente das mudanças históricas, políticas, econômicas, culturais e sociais.

No Brasil, o conservadorismo é representado pelas pessoas que são contra - nas ruas e nos parlamentos - o aborto, a legalização da maconha, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, etc. Você já deve ter ouvido frases conservadoras como: "Bandido bom é bandido morto!", "Defendo a família como esta na Bíblia: pai, mãe e filhos!", "Lugar de maconheiro é na cadeia!", "A vida começa na concepção, e o aborto é sempre um assassinato!".

Se aprovado, o Estatuto da Família vai restringir o conceito de família apenas para união entre homem e mulher

Para pensar

Depois que o Supremo Tribunal Federal tomou algumas decisões favoráveis à casais homossexuais que desejavam adotar crianças, a



bancada evangélica na Câmara dos Deputados criou o Projeto de Lei 6583/2013, conhecido como Estatuto da Família. Este Estatuto define família como a união entre homem e mulher e os filhos que resultem desta união. Se o projeto virar lei realmente, não só casais homoafetivos ficariam impedidos de ser reconhecidos como família, como também outros modelos de organização familiar deixariam de existir legalmente, como mães ou pais que criam sozinhos os filhos, avós que criam netos, e filhos de casamentos anteriores de pessoas que voltam a casar, depois de separarem-se ou ficarem viúvos.

SEGUNDA PARTE

Ciência Política Hoje

8. Democracia e cidadania

A democracia governo do povo - surgiu na Grécia antiga, há mais de dois milênios. Na Grécia, tínhamos a chamada democracia direta, com os cidadãos reunindo-se em praça pública para debater os assuntos de interesse da comunidade. Vale destacar que somente eram considerados cidadãos, os homens adultos e nascidos nas cidades-estado gregas. Assim, ficavam excluídos do processo decisório, as mulheres, os jovens, os estrangeiros e os escravos.



Na atualidade, costumamos ter dois modelos de democracia: a democracia representativa e a democracia participativa. A democracia direta é, normalmente, inviável, por causa do tamanho das populações. Na democracia participativa, os cidadãos escolhem seus representantes através do voto, como nas eleições para

Na democracia representativa, elegemos nossos representantes através do voto. Uma das principais críticas a este modelo de democracia é que, comumente, depois de eleitos os políticos não representam os interesses das pessoas que os elegeram.

presidente da república, senadores, deputados, governadores, prefeitos e vereadores no Brasil.

Já a democracia participativa ainda é pouco desenvolvida em nosso país, e caracteriza-se pela participação dos cidadãos na definição de temas importantes, como áreas prioritárias para investimento público. A Constituição de 1988 prevê duas ferramentas de democracia participativa, que são o referendo e o plebiscito. A tecnologia tem aberto novas possibilidades para a democracia participativa, ampliando a participação política dos cidadãos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, existe o Orçamento Participativo, através do qual os gaúchos

Através do orçamento participativo, a população pode definir suas prioridades para os investimentos públicos.



O cientista político Robert Dahl apresenta oito elementos que caracterizam uma democracia:

- **Liberdade de organização:** as pessoas podem se organizar em sindicatos, e grupos sociais como igrejas e torcidas de futebol.
- **Liberdade de expressão:** os meios de comunicação podem falar sobre qualquer assunto, e as pessoas podem falar o que pensam, desde que não estejam cometendo crimes como racismo, por exemplo. Pedir intervenção militar nos protesto também é considerado crime.
- **Direito ao voto:** no Brasil, todas as pessoas com mais de 16 anos podem votar
- **Elegibilidade para cargos públicos:** todas as pessoas podem se candidatar a cargos públicos, como vereador, prefeito e deputado.
- **Direito de disputar o poder:** nenhum partido pode ser proibido, desde que não defenda nada ilegal.
- **Fontes alternativas de informação:** as pessoas têm direito de se informar a partir de diferentes pontos de vista. No Brasil, isto não acontece, pois apenas seis famílias controlam 70% dos meios de comunicação. São grupos como a Globo, a RBS, a editora Abril (da revista Veja) e a Folha de São Paulo que controlam a comunicação no país.
- **Eleições livres e idôneas:** os eleitores podem votar em quem quiserem, e não pode haver fraude nas eleições.
- **Instituições que garantam a fiscalização e manifestação por parte da sociedade sobre as políticas governamentais:** as pessoas devem ter o direito de fiscalizar o que o governo faz, como por exemplo, através do Portal da Transparência, que mostra como é gasto o dinheiro público.

Durante a Ditadura Civil-Militar, os brasileiros tiveram muitos de seus direitos civis e políticos sequestrados e violados. Uma simples crítica ao governo militar podia ser punida com

Cidadania

Cidadania é o reconhecimento do indivíduo enquanto membro de uma sociedade, tendo os mesmos direitos e deveres que todos os demais indivíduos que compõe tal sociedade. A cidadania precisa ser garantida pelo Estado e reconhecida por todos os demais cidadãos, independente da posição social ocupada.

A cidadania anda de mãos dadas com a democracia, ou seja, quanto mais democrática for uma sociedade, mais desenvolvida será a cidadania.

Podemos falar em quatro tipos de direitos os cidadãos:



Desde sua origem, o MST é perseguido pelos setores conservadores da sociedade. Além de ter que sobreviver por anos em barracas, sem serviços básicos como água potável e luz elétrica, os trabalhadores sem-terra ainda precisam enfrentar a criminalização por parte da mídia, a violência policial e o judiciário, que costuma tomar decisões favoráveis aos latifundiários, proprietários de terras ocupadas.

Direitos civis: relacionados às liberdades individuais, como liberdade de expressão, liberdade religiosa, e direito à propriedade, por exemplo. Reivindicados inicialmente pelos liberais, foram os primeiros direitos a ser conquistados, consolidando-se a partir do sec. XVIII.

Direitos políticos: possibilitam ao cidadão, participar da vida política. Temos como exemplo, o direito de votar e ser votado. Estabeleceram-se no sec XIX, inicialmente na Inglaterra, devido à pressão da burguesia liberal para ser melhor representada no parlamento.

Direitos sociais: têm como objetivo, garantir aos cidadãos, uma vida digna. São direitos sociais, a saúde, a educação, a moradia, etc. Os direitos sociais foram conquistados ao longo do sec. XX, por pressão do movimento operário e de movimentos sociais, sob inspiração socialista e social-democrata.

Direitos públicos: relacionam-se ao direito de que todos os cidadãos desfrutem dos bens públicos, sem que alguns indivíduos ou grupos apropriem-se destes bens, através da corrupção, por exemplo. Os direitos públicos começaram a ser debatidos somente na década de 1970, e ainda estão em fase de consolidação.

Movimentos sociais

Movimentos sociais são grupos de pessoas que se reúnem por terem algum interesse coletivo em comum, e atuam juntos para transformar a sociedade. Os direitos sociais, ao cobrar do Estado melhorias na vida das pessoas, são fundamentais para o avanço da cidadania e da democracia.



Os movimentos sociais podem atuar na luta por redistribuição ou por reconhecimento. A luta por redistribuição tem como objetivo, combater as injustiças sociais e econômicas. Atuam na perspectiva redistributiva, por exemplo, os sindicatos, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, etc.

Já a luta por reconhecimento visa eliminar preconceitos e conquistar direitos para setores sociais que, historicamente, foram colocados como cidadãos de segunda categoria, como o movimento negro, o movimento feminista e o movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros). A luta por reconhecimento atua em duas frentes. Por um lado, pressiona o Estado para promover políticas de inclusão e cidadania, como o casamento homoafetivo e a legalização do aborto, e por outro, busca a superação dos preconceitos por parte da sociedade em geral.

Embora as Jornadas de Junho de 2013 tenham levado milhões de pessoas às ruas do Brasil, este movimento não pode ser considerado um movimento social, uma vez que as pautas eram muito difusas. Além disso, a partir das Jornadas, houve um crescimento muito grande da perseguição anti-democrática de movimentos sociais, como do MST, por exemplo.

Nos últimos cinquenta anos, o movimento feminista tem conseguido diversas conquistas na luta pelos direitos das mulheres, mas o machismo e o patriarcalismo ainda estão muito presentes na sociedade, de modo que ainda há muita luta pela frente.



Dá uma olhada

Terra para Rose

O documentário **Terra para Rose**, dirigido por Tetê Moraes em 1986, narra a história de 1500 famílias de trabalhadores sem terra, que ocuparam a fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, em 1985. Esta é a primeira ocupação de terras improdutivas após o fim da Ditadura Civil-militar no Brasil, e marca o início da organização do MST. A narrativa envolve o acompanhamento de algumas mulheres acampadas, e de suas dificuldades, derrotas e vitórias na luta pelo direito à terra. Uma destas mulheres é Rose, que tem um filho enquanto está acampada. A criança torna-se o símbolo da luta, da vida e da esperança dos sem-terra. O documentário leva o nome de Rose porque ela nunca conseguiu a terra pela qual lutava, tendo sido morta durante uma manifestação dos trabalhadores em uma rodovia, por um caminhão que supostamente perdeu os freios, o que nunca foi provado pela perícia.



**congresso
emfoco**

Congresso em Foco

O site **Congresso em Foco** acompanha a rotina política da Câmara dos deputados e do Senado, sendo uma boa ferramenta para acompanhar a atuação dos políticos. www.congressoemfoco.uol.com.br

Para pensar

Atualmente, é muito comum ver nas redes sociais e em protestos nas ruas, pessoas afirmarem que o Brasil é uma “ditadura comunista”, mesmo estando presentes no país, praticamente todas as características de uma democracia, apontadas por Robert Dahl, com exceção da multiplicidade dos meios de informação, já que há uma concentração da grande mídia em poucas mãos. Alguns manifestantes chegam ao cúmulo de defendem, de forma contraditória, que a intervenção

militar é a saída para o fortalecimento da democracia, quando se sabe que qualquer governo ditatorial tende a atacar os direitos da população, principalmente os direitos civis e políticos.

A participação do povo, tanto nas urnas como nas ruas, é fundamental pra fortalecer a democracia e ampliar a cidadania, mas tal participação, para ser benéfica, pressupõe que as pessoas atuem racionalmente, dentro dos marcos democráticos, respeitando a diversidade de pensamento e posicionamento político dos demais, e também tendo um conhecimento mínimo sobre as instituições e as formas de participação política.



A contradição que é pedir intervenção militar como forma de fortalecer a democracia demonstra a ignorância sobre a história recente do Brasil, assim como a falta de conhecimento sobre o funcionamento das instituições políticas e do Estado democrático de direito



9. Corrupção e reforma política

O termo corrupção vem do latim *corruptus*, que significa quebrado em pedaços. A corrupção política pode ser definida como utilização do poder ou autoridade para conseguir obter vantagens e fazer uso do dinheiro público para o seu próprio interesse, de um integrante da família ou amigo. Mas diversas ações tomadas por pessoas comuns, normalmente conhecidas como “dar um jeitinho”, também são corrupção, como: ultrapassar o limite de velocidade, colar na prova, sentar no banco do ônibus destinado aos idosos, deficientes e mulheres grávidas, mentir para obter algum benefício, etc.

A corrupção é crime. Veja algumas práticas políticas corruptas:

- Favorecer alguém prejudicando outros.
- Aceitar e solicitar recursos financeiros para obter um determinado serviço público, retirada de multas ou em licitações favorecer determinada empresa.
- Desviar verbas públicas, dinheiro destinado para um fim público e canalizado para as pessoas responsáveis pela obra.

Toda sociedade corrupta sacrifica a população mais pobre, que depende dos serviços públicos, (como infraestrutura, saúde, educação, etc), mas não tem acesso a eles por causa dos desvios de dinheiro público. Quando o governo não tem transparência em sua administração é mais provável que haja corrupção. No Brasil, nos últimos anos, tem se intensificado o combate à corrupção, sendo este o motivo para vermos tantos escândalos de corrupção. No governo militar, por exemplo, também existia muita corrupção, mas ninguém ficava sabendo por causa da censura à imprensa e porque ninguém podia acusar o governo, sob o risco de ser preso, torturado e até morto.

Não existe país com corrupção zero, embora os países ricos democráticos tenham menos corrupção, porque sua população é mais esclarecida acerca dos seus direitos. A ONG Transparência Brasil mediu através de pesquisa, o nível de corrupção em diversos países. Em uma classificação de acordo com a nota que vai de 0 a 10, o país menos corrupto é a Finlândia, com nota 9,7. O Brasil ocupa a posição 54, com nota 3,9.

A corrupção prejudica a todos, mas principalmente as camadas mais pobres da sociedade, que precisam do sistema público de saúde e educação, por exemplo.



Reforma Política

O combate à corrupção no Brasil passa pela punição dos corruptos envolvidos em corrupção e também dos corruptores (por exemplos, empresas que dão dinheiro aos corruptos para vencer licitações públicas, como empreiteiras que constroem estradas). Mas o melhor modo para combater a corrupção é



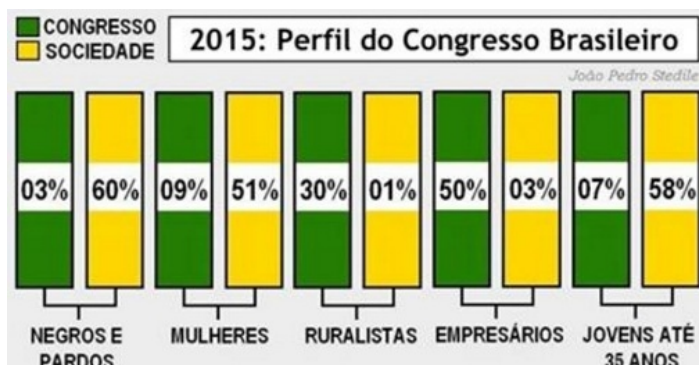
uma reforma do sistema político brasileiro, que hoje facilita a corrupção. A reforma política é um conjunto de propostas de mudanças na legislação que tem o objetivo de aperfeiçoar o sistema político, proporcionando maior correspondência entre a vontade do eleitor ao votar e as ações dos políticos eleitos.

No ano de 2014, diversos sindicatos e movimentos sociais realizaram um plebiscito extraoficial, perguntando se a população gostaria que fosse realizada uma reforma política, construída pelo povo. Quase oito milhões de brasileiros votaram, e mais de 90% deles foram favoráveis à reforma

Em 2014, o Congresso realizou a chamada mini-reforma política, que muito pouco mudou em relação ao sistema que se tinha até então. Uma verdadeira reforma deve ser debatida e construída pela população, e não pelos próprios deputados e senadores, que preferem que as coisas continuem como estão. Contudo, um ponto aprovado na mini-reforma política e positivo e merece destaque: foi aprovado o fim do financiamento empresarial de campanhas políticas. Até as eleições de 2014, o financiamento das campanhas eleitorais era misto, isto é, parte proveniente do dinheiro público, através do fundo partidário, e parte de origem privada, por cidadãos e também por empresas. Contudo, as empresas que "doavam" dinheiro para as campanhas, depois cobravam favores dos políticos que foram financiados por elas.

O atual sistema político também privilegia um perfil bem específico de político, não representando o povo brasileiro. Este perfil é: homem, branco, heterossexual, empresário. Assim, jovens e mulheres praticamente não possuem representantes. Por exemplo: os negros e pardos são 60% da população brasileira, mas apenas 3% dos deputados federais e senadores são negros. Já do total de políticos eleitos para o Congresso em

2014, apenas 51 são mulheres, ou seja, menos de 10%, sendo que as mulheres são mais da metade da população brasileira.



O Congresso Nacional não é representativo dos setores sociais que compõe a população brasileira



Dá uma olhada

Por que nossa política é tão burra?

Por que nossa política é tão burra? é um vídeo produzido pela revista Superinteressante, como menos de cinco minutos de duração, e que explica de forma bastante didática, quem são os políticos brasileiros, como fazem para se eleger e com quem estão comprometidos realmente. O vídeo está disponível no YouTube.



Para pensar

Nos últimos tempos, esbravejar contra a corrupção parece ter virado moda no Brasil. Até aí, nada de mais. Pelo contrário, é muito bom que a população fiscalize os políticos e cobre a punição de corruptos e corruptores. O que muitas destas pessoas esquecem é que a corrupção é um problema que está profundamente arraigado na cultura brasileira, e não se resume aos políticos. Furar a fila, colar na prova, ultrapassar em local proibido, não parar no sinal vermelho, jogar lixo no chão ou tentar obter qualquer tipo de vantagem às custas dos outros são sim formas de corrupção.

Para cobrar dos políticos uma postura ética, é preciso que nós mesmos sejamos éticos, em nosso dia-a-dia. Se desejamos uma sociedade melhor, devemos começar a transformação a partir de nossas atitudes. Caso contrário, nos igualamos aos corruptos que criticamos, e nossas cobranças não vão passar de demagogia.

A corrupção não é um “privilégio” dos políticos. No nosso dia-a-dia, é muito comum vermos pequenas atitudes corruptas. Se quisermos erradicar a corrupção, devemos combatê-la em todos os âmbitos, caso contrário, ela nunca será eliminada.

CORRUPTOS E CORRUPTOS



BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Débora (org). **Curso de Ciência Política: instituições políticas e Estado**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=PaHY1G-mzdM>> Acesso em: 24 abr. 2015.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Ed. UnB, várias edições.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O que é corrupção e como combatê-la?** Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=9Gzy9Iip5S0>> Acesso em: 10 maio 2015.

DAHL, Robert. **Sobre a democracia**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. BARCELLOS, Eronita Silva. **Construindo a Escola Cidadã no Paraná**. Brasília: MEC, 1993.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LOCATELLI, Piero. Entenda a Reforma Política. In: **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-reforma-politica-6840.html>> Acesso em: 14 set. 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro Primeiro: o processo de produção do capital. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980

MONTESQUIEU, Charles Luis de Secondat. **Do espírito das leis**. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIBEIRO, Silvino Paulo. O papel do Estado segundo Thomas Hobbes. In: **Brasil Escola**. Disponível em: < <http://www.brasilecola.com/sociologia/o-papel-estado-segundo-thomas-hobbes.htm>> Acesso em: 25 abr. 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípio do direito político**. Porto Alegre: Globo, 1962.

SANTANA, Ana Lúcia. A filosofia de Rousseau. In: **InfoEscola**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/filosofia/a-filosofia-de-rousseau/>> Acesso em: 22 abr. 2015.

SOUZA, Rainer. A questão democrática no Brasil. In: **Brasil Escola**. Disponível em: < <http://www.brasilecola.com/politica/primordios-democracia-patria-tupiniquim.htm>> Acesso em: 01 out. 2015.

_____. John Locke. In: **Brasil Escola**. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/ciencia-politica.htm>> Acesso em: 19 ago. 2015.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 2. Trad. BARBOSA, Regis; BARBOSA, Karen Elsabe. 3 ed. Brasília DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

ANOTAÇÕES